

Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0025557

HOLANDESES NO BRASIL

# OS HOLANDESES NO MARANHÃO

POR

JOSUÉ MONTELLO

2

170025  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO  
1946

F 981.034  
M776d  
v. 2



COLEÇÃO "DOMÍNIO HOLANDÊS NO BRASIL"

- 1 — A Batalha do Monte das Tabocas — Pelo  
Cel. J. B. Magalhães
- 2 — Os Holandeses no Maranhão — Por  
Josué Montello

MINISTÉRIO DA CULTURA E EDUCAÇÃO	
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NÚMERO	DATA
F368	30/5/57

Conferência realizada, a 29 de Fevereiro de 1944, por iniciativa dos Ministérios da Educação e da Guerra, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, quando do transcurso do terceiro centenário da expulsão dos holandeses do Maranhão.

B0025557

AS páginas desta publicação constituíram, inicialmente, as palavras de uma conferência que, por ocasião do terceiro centenário da expulsão dos holandeses do Maranhão, foi pronunciada no Palácio Tiradentes, a convite dos Ministérios da Guerra e da Educação.

Transformado agora em livro, este modesto estudo sai sem alterações dignas de nota. Não sendo historiador profissional, dêsses que fazem do conhecimento de nossa crônica social e política o destino de uma vida, o conferencista, procurando desobrigar-se da honraria do convite, realizou um trabalho de divulgação histórica, de modo a oferecer, na exigüidade do tempo, uma imagem real e pitoresca do período de lutas que delimita os vinte e sete meses da ocupação flamenga no Maranhão.

E' o clássico D. Francisco Manuel de Melo quem se refere, na *Carta de Guia de Casados*, a uma velha fidalga castelhana que, ao entrar no seu carro de passeio, invariavelmente ordenava ao cocheiro que a levasse aos lugares onde houvesse mais gente.

Transposta para o livro, esta conferência obedece, de certa forma, ao mesmo propósito da fidalga espanhola. E é bom que seja assim. Porque, através da breve narração aqui contida, pode ser que estas páginas, ao atingirem um público mais numeroso, consigam chamar a atenção dos brasileiros para um capítulo de admiráveis heroísmos da história do Maranhão.

JOSUÉ MONTELLO.

Rio de Janeiro, fevereiro de 1944.



Swift, nas *Gulliver's Travels*, fêz desencadear, no caricato país dos pigmeus, uma guerra implacável, simplesmente porque o monarca dessa gente miúda, numa hora de má inspiração política, havia assinado um decreto estabelecendo que, em todo o reino, os ovos só podiam ser quebrados pela parte mais estreita.

É evidente que há nesse episódio cômico, concebido pela imaginação do mais satírico dos homens, uma intenção de combate hábilmente dissimulada. E o próprio Swift, em outro lugar de sua obra, deixou-nos, a título de advertência, a definição famosa de que a sátira não é mais do que um espelho no qual, sempre que nos miramos, somos levados a ver, refletida na superfície polida . . . a cara dos outros.

Entre os homens normais em tamanho, também as guerras não raro se explicam por motivos daquela especie imaginada por Swift. Cabe aos historiadores o trabalho de ir mais adiante, buscando as verdadeiras causas dos conflitos.

Para uma corrente de teóricos da civilização, tôdas as guerras, mesma as que na sua aparência mais intensa se apresentam como lutas ideológicas, podem ser explicadas, em última análise, como conflitos de natureza econômica. É a economia, segundo êsse ponto de vista, que faz troar os canhões e avançar os exércitos, que arvora no espaço as bandeiras vermelhas e provoca o lampear ao sol do aço das baionetas caladas.

Podemos dar tôda razão a êsses teóricos se atentarmos em que a espinha dorsal das ideologias políticas é o fator econômico. Comunismo, socialismo, liberalismo apenas conseguem manter-se como estrutura da vida de



um povo em correspondência com o bem-estar que podem oferecer ao indivíduo. Esse é o lado prático de toda doutrinação política. O seu lado teórico vai incidir sobre a liberdade do pensamento ou a extremada concepção de Pátria que, em proveito do bem-estar coletivo ou da manutenção do grupo que governa, procura restringir a liberdade do pensamento, criando fronteiras em suas manifestações orais ou escritas.

Evidentemente iríamos longe, se pretendêssemos ao debate exaustivo do problema. Por enquanto o que nos preocupa é a explicação das causas que inspiraram à Holanda do século XVII as suas grandes e memoráveis guerras de conquista.

E essas causas em nada foram a finalidade altruística de plantar a civilização neste pedaço do mundo. Foi na realidade um pesado fator econômico que armou as naus flamengas e as levou a rolar em pelos mares em busca de ancoradouros definitivos e distantes.

As relações de amizade existentes entre Portugal e Holanda, vindas da Idade-Média, se haviam tornado ainda mais estreitas, em benefício recíproco, logo que Portugal rompeu o caminho marítimo das Índias e descobriu o Brasil. Em Lisboa, em troca de cereais, peixe, aparelhos náuticos, fazendas e objetos de metal, davam os portugueses aos flamengos as drogas e os gêneros exóticos oriundos das colônias de El-Rei. De Lisboa, com esse carregamento, saíam as naus de Holanda a negociar pelo Norte e pelo Ocidente com os produtos que as afoitas caravelas de Portugal haviam trazido de seus riquíssimos domínios.

Com a passagem da coroa portuguesa à Espanha, a cômoda situação dos nautas holandeses alterou-se completamente. Flamengos e espanhóis eram, naquele tempo, inimigos que não se poupavam hostilidades contínuas. Por isso uma das primeiras providências de Felipe II, ao receber a coroa, foi confiscar os navios holandeses ancorados em águas de Portugal.

Era a hostilidade aberta, a guerra declarada e que não poderia ser resolvida com as artimanhas e os jogos diplomáticos e políticos.

Que iria fazer a Holanda, privada assim da fonte de seu comércio?

Na inquietude por uma solução que atendessemos a urgentes problemas de sua economia violentamente transformada, deliberou seguir o exemplo de Portugal: seus navios afrontaram os mistérios dos mares e rasgaram, como as caravelas lusitanas, o caminho das Índias. E daí nasceu, com o bom êxito do arrôjo, a Companhia das Índias Orientais.

A batalha econômica estava ganha. A vitória da empresa arrastou os holandeses, depois, à aventura mais ampla da Companhia das Índias Ocidentais.

Piratas e aventureiros, nautas e soldados, bandidos e homens de brio se conjugaram — e nasceram, então, com o bom sucesso das armas flamengas, as diversas etapas efêmeras do Brasil Holandês.

Em 1624 caiu a Baía.

Depois, Pernambuco.

Mais tarde, o Maranhão.

Alternando derrotas e triunfos, a Holanda plantou aqui o seu pavilhão. Trouxe o seu culto. Transplantou para os trópicos a sua cultura.

Mas um e outro não mergulharam no chão brasileiro as raízes profundas e definitivas. Portugal haveria de arrancá-las uma a uma. E em fins do século XVII, quando o Conde da Ericeira escreve o seu *Portugal Restaurado*, os elogios que faz às armas de seu país não são palavras vãs da pena ramalhuda e fidalga de um palaciano desejoso de agradar. São justos louvores que, hoje, revendo a História, podemos considerar como exatos.

Tão exatos que não poderemos, mesmo com excessivo rigor e analisando friamente as linhas essenciais da luta, cortá-los ou sequer diminuí-los.



## II

Ao correr no Brasil, no ano de 1641, a notícia de que, subindo ao trono D. João IV, havia cessado sobre Portugal o domínio da Espanha — Holanda, que enraizara superficialmente em uma larga faixa do litoral brasileiro a sua colonização incipiente, em vez de abandonar a terra que pertencia ao antigo aliado, continuou na posse da região conquistada por suas armas, como se, na verdade, continuasse mandando em Lisboa a coroa de Castela.

Era de supor-se, por uma questão de boa fé, que, uma vez restaurada a coroa portuguesa, as naus flamengas tornassem a abastecer-se em Lisboa com aquêles produtos que as caravelas lusitanas traziam dos “mares nunca antes navegados”.

No entanto, mais forte que a tradição de cordialidade dos dois povos, movia-se um demônio esperto, tentador e ágil, que soprava a traição e a discórdia ao ouvido dos poderosos de Holanda. Era a economia que mandava, com a vantagem de uma riqueza fácil e segura, continuasse, no Brasil, a dominação flamenga, a despeito de de já haver novamente na casa de Bragança uma cabeça coroada.

Mas Portugal, pela ingenuidade de seu monarca, só um pouco tarde percebeu essa atitude desleal de Holanda. E pode-se dizer que apenas se lembrou de trancar as portas e passar-lhes prudentemente os ferrolhos depois da casa estar arrombada e com o inimigo lá dentro.

Enquanto Portugal acreditava no reatamento da cordialidade antiga, Holanda, sorratamente, pensava em ampliar os seus domínios, tornando mais seguro o chão que conquistara com a intrepidez de suas armas.

Por êsse tempo, o govêrno do Maranhão estava entregue a Bento Maciel Parente. Mistura de aventureiro e político, administrador e soldado, com uma vida mais povoada de peripécias que uma novela de Stevenson, é êle, na época, um velho de setenta e poucos anos. Viera

do nada, subira de soldado a chefe da Capitania a golpes intrépidos de bravura e coragem, levando de vencida os holandeses, castigando os piratas, impondo aos índios um recuo pelos sertões a dentro. Está cansado da luta e a Capitania do Maranhão lhe parece uma terra ideal, porquanto não lhe exige sérios cuidados para mantê-la em paz e numa prosperidade relativa.

Alguns cronistas pintam-lhe o retrato dessa fase com uma fisionomia de avaro. Como o Silas Marner do romance de George Eliot, viveria apenas para a paixão do seu ouro, alheio às agitações exteriores do mundo.

O Maranhão fôra, em parte, pacificado por sua intrepidez. Bento Maciel rompera o sertão, vogara sobre os rios, e deixara por tôda parte a fama de seu peito de valente e de seu braço afeito ao exercício das armas.

A vida em São Luís, nessas alturas da vida colonial, não é mais perturbada pelas arremetidas dos selvagens. Mas, de longe em longe, no trecho de uma carta ou na bôca de um próprio, chegam boatos de ameaças de invasão. E' que Holanda parece não estar sossegada nos seus domínios do Nordeste. Quer ir mais adiante e avançar para o Norte, levando até à Amazônia a flâmula dominadora do seu pavilhão.

Bento Maciel Parente, às primeiras notícias, prepara-se para reagir à furia dos invasores. Nos canhões, as balas esperam a presença do inimigo. No horizonte, passeiam os olhos indagadores das sentinelas vigilantes. Portugal ainda está sob o jugo de Espanha. O tempo passa. E os invasores flamengos, ao contrário do que se espera, não despontam na curva da baía, com as suas anunciadas naus guerreiras aprestadas para a luta.

Bento Maciel Parente, com a marcha dos meses, torna-se descrente nos boatos da invasão. Por isso ordena que as sentinelas deixem de vigiar o horizonte e que as peças de artilharia emudeçam, emperradas e inúteis.



É por êsse tempo que chega a São Luís a notícia de que subiu ao trono D. João IV, restaurada, afinal, a monarquia portugueza.

No sossêgo da sua velhice e da sua riqueza, volta o governador do Maranhão, súbitamente, ao que era: enche-se de entusiasmo patriótico, celebra festivamente na colônia a ascensão do monarca. Escreve a seus subordinados e recomenda-lhes que, nos diferentes locais onde se achem, façam espalhar, por entre pompas e cerimônias populares, a notícia alviçareira da presença de um rei na Casa de Bragança.

A restauração da monarquia implica em outra notícia confortadora: Holanda deixa de ser uma nação inimiga.

Nas recomendações que Bento Maciel recebe de Lisboa, está bem claro que os flamengos não devem ser hostilizados. Os inimigos, agora, passam a ser outra vez os mouros e os castelhanos. Flamengos e portuguezes são amigos de velha data. Acabou-se o motivo da discórdia, desapareceu a razão principal das desavenças.

E Bento Maciel Parente, diante disso, acredita menos ainda nos boatos de que, a pesar de haver em Lisboa uma coroa lusitana, os holandeses continuam a limpar as suas armas para assestá-las contra Portugal.

Tôdas essas notícias — pensa êle — não passam de histórias alarmançes destinadas a perturbá-lo no sossêgo de sua velhice.

Um dia, certo inglês de nome Thomas Guilherme, vindo da ilha de São Miguel, avisa-lhe que os flamengos, não dando importância ao cetro de D. João IV, se preparam, com um enorme aparato, para assaltar São Luís.

O governador não acredita. Aquêle inglês, como os outros boateiros, quer apenas evitar a serenidade de seu espírito e obrigá-lo a restabelecer no forte da cidade a rude disciplina militar. . .

E Bento Maciel, teimoso como um bom guerreiro, não concede a mínima importância aos rumores inquietantes da propalada invasão.

tantas da propalada invasão. Não se impressiona com êles. E não se preocupa em mandar azeitar os canhões do único forte com que poderia responder à belicosa artilharia das naus poderosas de Holanda — aquelas naus arrojadas e insolentes que velejam, agora, saídas de Pernambuco, no rumo do Maranhão.

### III

A vinte e dois de novembro, são avistadas as naus holandesas, em número de dezenove, à distância de quatro léguas da cidade. Bento Maciel Parente já foi avisado de que essa frota de guerra marcha em águas maranhenses. E cruza os braços, ao saber que são flamengos os navios que se aproximam de São Luís.

Que outros se amedrontem. Êle, não: porque tem na memória a recomendação de que só deve tratar como inimigos a mouros e castelhanos. . .

Seus comandados, no forte da cidade, querem preparar a reação aos invasores. Nada podem fazer, no entanto: o governador dá ordens em contrário.

Três dias depois surgem, diante da baía de São Marcos, as naus inimigas. Bento Maciel Parente, no forte de São Luís, faz que atrôe a artilharia, numa saudação festiva. Em silêncio os navios vão desfilando. E não respondem à saudação do forte.

Bento Maciel Parente espanta-se. Que estaria acontecendo? Seriam realmente inimigas aquelas naus holandesas?

O ódio do velho guerreiro inflama-lhe o sangue. E êle manda que um dos canhões faça fogo sôbre uma das naus. Estronda o tiro. A bala acerta no alvo visado. E ainda em silêncio, como se nada houvesse acontecido, marcham os navios em cujos mastros de guerra tremula o pavilhão da Companhia das Índias Ocidentais.

Bento Maciel Parente ordena outra carga. A pontaria se faz. Mas, agora, sempre caladas, as naus pene-



tram pela embocadura do rio Bacanga e fogem do alcance da artilharia do forte.

A bala fica engasgada na garganta de bronze do canhão. . .

A frota holandesa, — sabe-se agora — não é de boa paz. Os navios se dirigem para a praia do Destêrro, onde poderão ancorar sem o perigo das munições do forte da cidade.

Nas dezenove naus, João Corneles Lichthardt, na qualidade de Vice-Almirante, comanda a esquadra. Como chefe de tropas, vem o Coronel Koin. Na função de Conselheiro Político, está Pedro Jansen Bas. Êsses três homens dirigem as operações que têm por escopo a conquista do Maranhão para o império de Holanda.

Devagar, a quilha das embarcações se aproxima da praia. E rolam, a seguir, as pesadas correntes das âncoras de ferro.

Junto ao mar, num altiplano, está a igreja da Virgem do Destêrro. A população fugiu do local, amedrontada. Mil flamengos bem armados saltam em terra. E escalam o altiplano, que é um baluarte entre a cidade e a praia. Dois emissários de Bento Maciel Parente surgem entre os holandeses, com um recado ingênuo do velho guerreiro. São êles o provedor-mor Inácio do Rêgo Barreto e o jesuíta Lopo do Couto. O Governador manda informar por êsses emissários a João Corneles Lichtnardt, num lembrete oportuno e necessário, que a ilha de São Luís pertence a El-Rei de Portugal. . .

A resposta do chefe flamengo é a mais astuciosa que se poderia esperar. “Não estava ali como inimigo; se ancorara em São Luís, fôra a isso compelido por uma tempestade que o apanhara em águas do Maranhão”.

E’ essa a satisfação de João Corneles a Bento Maciel.

Ainda há, no entanto, uma explicação a ser dada. Por que, se não era inimigo, descera à terra em aparato de guerra?

O chefe flamengo, ainda aí, se mostra habilíssimo na dissimulação: esclarece que desembarcara armado porque temera o canhoneio com que fôra recebido ao aproximar-se da cidade.

Aparentemente, as respostas satisfazem. Na verdade, o forte havia atirado. Realmente, fora da barra, o mar de vez em quando se mostrara perigoso e o vento rugira ameaçando a navegação.

Encerrado na fortaleza, Bento Maciel Parente tem consigo cêrca de setenta soldados, a maioria dos quais sem o adequado treino de guerra. Que poderá fazer êle, com essa fôrça, contra mil flamengos bem armados que estão em terra e contra outros tantos que ficaram nos navios?

Um dos mais dextros dos seus artilheiros, de nome Matias João, concebe, porém, um plano ardiloso capaz de destroçar, num golpe, os invasores: cobre êle de rama, num local distante do forte, mais de trinta peças de artilharia carregadas de bala miúda e daí coloca a boca dos canhões voltada para a praça de armas.

Quando os invasores, triunfantes, transpuserem o portão da fortaleza, Matias João descarregará sôbre êles, numa pancada imprevista, todo o pêso de fogo de suas munições.

Davi, com a funda e uma pedra, está outra vez em condições de derrotar Golias. . .

Mas, pouco antes da vitória, o artilheiro comete uma imprudência: comunica o plano a Bento Maciel Parente. E o guerreiro, mais firme na teimosia que Ulisses na fidelidade, proíbe que Matias João desbarate dessa forma fatal a soldadesca de Holanda.

Seria um ato covarde, na opinião do governador, destroçá-los assim. A guerra, para Bento Maciel, é uma luta de frente a frente, travada com lealdade, ferida por entre explosões recíprocas de coragem e intrepidez.

E’ essa a única justificação plausível para a sua conduta desconcertante. De outro modo, como se pode



explicar, nesse homem de comprovada bravura, o seu gesto de recuo na fronteira da batalha? Temor das tropas que ficaram nas embarcações ancoradas? Receio de que, falhando a emboscada, fôsse mais cruel o ódio dos invasores vitoriosos? Não é possível.

No entanto, Berredo, nos *Anais Históricos do Maranhão*, e o Conde da Ericeira, no *Portugal Restaurado*, deixaram bem clara a terrível suposição de que, nesse gesto aparentemente inexplicável, Bento Maciel Parente agiu levado apenas por uma finalidade egoísta: manter-se no cargo de Governador do Maranhão!

#### IV

Analisemos essa suposição cruel.

A conclusão de Berredo e do Conde de Ericeira não parece conter tôda a verdade. Bento Maciel Parente seria de uma ingenuidade cabalmente absurda se alimentasse a convicção de que, conquistado o Maranhão, ainda continuaria no mesmo pôsto de governador numa terra de flamengos.

Há um motivo mais nobre capaz de iluminar, aqui, a escuridão do problema. Não foi o seu desejo de permanecer no cargo, nem a fraqueza de ânimo, nem a lealdade na luta, nem a pusilanimidade, a fôrça interior que levou êsse bravo a silenciar as suas armas diante de uma tropa que avançava sôbre a cidade em atitude de batalha.

Que foi então?

Isto: o seu espírito de lealdade às recomendações de El-Rei. Só a mouros e castelhanos, segundo as recomendações que recebera de El-Rei deveria tratar como inimigos. Holanda já era outra vez nação amiga. Haviam cessado os motivos de hostilidade dos guerrilheiros flamengos em terras que pertenciam novamente à coroa de Portugal. Por isso é que Bento Maciel acredita que aquêles homens que marcham contra a fortaleza não podem ser inimigos. Êle está convicto de que há nessa arremetida um grande equívoco que tem de ser desfeito.

Tal é, certamente, a convicção de Bento Maciel na hora mais enigmática de seu destino.

A sua boa fé suscitará conseqüências desastrosas. Mas a bravura, que o cobriu de glórias numa carreira de armas que o sagrou ainda adolescente, compensa, no panorama de sua história, o gesto de mansidão que o derrotou.

#### V

Sem a perda de um único homem e o gasto de um único tiro, entram, assim, as tropas de Nassau em São Luís do Maranhão.

Bento Maciel, informado dos supostos propósitos de João Corneles Lichthardt, consolida no seu íntimo a certeza de que não há inimigos na cidade.

João Corneles manda dizer que deseja uma parte de São Luís para abrigo de suas tropas. Bento Maciel atende prontamente a essa exigência. E João Corneles manda comunicar-lhe ainda que, embora as tropas flamengas tenham um chefe, Bento Maciel pode continuar como governador do Maranhão.

E' nesse clima, oscilante entre a confiança e a suspeita, o engôdo e a bôa fé, que se passam as primeiras horas da ocupação holandesa na ilha que há vinte e nove anos Daniel de La Touche fundara em nome do rei de França.

Começam a surgir, logo depois, as hostilidades do inimigo aquartelado na cidade. E as primeiras vítimas, os mártires do instante inicial da luta, são duas imagens da Igreja do Destêrro: a da Virgem e a de Santo Antônio.

As imagens dos santos são hereticamente despedaçadas a coice de armas. A ermida é delapidada. Os nichos e os altares ficam vazios.

Apenas um santo é poupado nessa arremetida profana ao templo católico: São Jorge. Qual o motivo da regalia? Que é que explica êsse gesto dos holandeses?



Um cronista, o escritor Antônio Lopes, observou que, no respeito à imagem, houve, da parte dos flamengos, uma ética de oficiais do mesmo ofício. Na verdade, segundo o agiologista e a tradição, São Jorge era soldado. . .

Infelizmente, para o caso de Santo Antônio, somente quase dois séculos depois é que lhe seriam conferidos, por ato de D. João VI, os seus galões de coronel.

E foi por isso, certamente, que a sua imagem não escapou ao massacre impiedoso dos soldados de Holanda.

## VI

Quando o rei Lear, na cena final do primeiro ato da tragédia shakespeareana, começa a perceber os desastrosos resultados da partilha de seu reino entre Regan e Goneril, a cólera de arrependido do monarca sem trono cabe numa exclamação contra si mesmo :

— Maldito seja aquêles que tardiamente se arrepende !

É essa a maldição que deve cair sobre Bento Maciel Parente, ao saber das primeiras hostilidades da soldadesca flamenga.

Aos atos de heresia na igreja sucedem os ataques à população desarmada. As casas são invadidas e roubadas. O governador, sem compreender ainda a razão dêsse gesto de celerados, protesta com veemência junto a João Corneles. O chefe dos holandeses desculpa-os, sob a alegação de que se trata de desatinos militares.

Bento Maciel Parente, aos setenta e poucos anos, já foi chefe de tropas uma porção de vêzes. E aceita, por isso, a desculpa de João Corneles.

Cessam, por algum tempo, os saques e a profanação das ermidas. É que o chefe flamengo reuniu os seus comandados, impôs-lhes a disciplina da guerra e vai marchar, agora, sobre a fortaleza da cidade.

Nesse mesmo instante que é que pensa o governador do Maranhão ?

Bento Maciel está ainda convicto de que aquêles homens armados são amigos de Portugal !

Matias João insiste em querer despejar sobre êles a bala miúda de seus trinta canhões. Mas o governador, por seu lado, teima em não consentir na emboscada do artilheiro.

E' nessa hora que despontam, nos arredores do forte, as tropas do Coronel Koin. Não se pode ter mais dúvidas sobre a verdadeira intenção dos guerrilheiros holandeses. Veem êles, armados e marciais, para o assalto da praça de armas.

Que faz o governador, nesse instante da tragédia ? Nada! Absolutamente nada! E pasmem, senhores: Bento Maciel Parente fica satisfeito com a aparição dos soldados flamengos!

João Corneles, o Coronel Koin e Pedro Jansen Bas vêm, naturalmente, em pessoa, com os seus comandados, para apresentar novas desculpas pelos desatinos de um ou outro daqueles homens armados.

E' essa a interpretação de Bento Maciel.

A convicção do velho nem mesmo nesse instante se altera ou transfigura. Está firme e confiante. Não há nada a temer dos aliados holandeses. E é êle próprio que vem até ao portão de acesso. E é êle próprio que entrega a João Corneles, numa prova de confiança, as chaves da fortaleza.

Como a água que rompe um dique, os soldados avançam sobre o forte.

Só então, como o rei Lear, sente Bento Maciel a tragédia de sua boa fé : os pavilhões de Portugal são imediatamente arrancados dos mastros, aos olhos atônitos do guerreiro lusitano, e a bandeira flamenga tremula no ar, assinalando o domínio de Holanda nas terras de D. João IV.

A cólera de Bento Maciel irrompe num protesto inútil contra as flâmulas desarvoradas.



João Corneles, como resposta, manda prendê-lo e o encarcera nos muros da fortaleza.

Em cada peça da artilharia passam a montar guarda os holandeses. A ilha de São Luís, com o seu casario de palha e as ruelas em ladeira, está, êsse instante, sob as ordens estrangeiras do Príncipe Maurício de Nassau.

Nenhum tiro dispararam os flamengos. Nenhum homem perderam nesse ardiloso assalto à possessão de Portugal. E assim dilataram para o Norte o Brasil Holandês.

Multiplicam-se os saques e as heresias. Um jesuíta, nessa hora, comete um ato de bravura cristã: os flamengos entram numa igreja e o padre sabe que no sacrário está o corpo de Cristo no santo trigo das hóstias. Desasombradamente, o sacerdote rompe o grupo de soldados, sem uma arma, e vai buscar as hóstias que os flamengos não haverão de profanar.

Para a população indefesa, o caminho a seguir é a fuga: uns refugiam-se nos matagais da ilha; outros, mais espavoridos, saltam desabaladamente para o outro lado do mar, nas terras mais amplas do Continente.

Numa época em que as comunicações se fazem lentamente, torna-se difícilimo, quase impossível, pedir ao Reino um auxílio que possa conter a força dos invasores.

Mesmo assim os holandeses não se sentem seguros na cidade conquistada. Receiam que as pessoas mais graduadas de São Luís venham a insuflar, um dia, a rebelião patriótica. E perseguem-nas, prendem-nas, vigiam-lhes os movimentos.

Na dúvida sobre a conduta dessas pessoas, o chefe flamengo tem um gesto covarde. Há, no pôrto, um navio desmantelado. João Corneles mete a bordo dessa nau cento e cinqüenta dos mais graduados moradores de São Luís e os solta no alto mar, no calhambeque inseguro.

O mar, nessa região, tem ondas crespas e altas. De vez em quando o vento dispara sobre as águas, revolve-as, alteia-as, enquanto no céu de chumbo rugem os trovões na orquestração da tormenta.

O naufrágio é inevitável — pensa João Corneles.

O navio arrasta-se sobre as ondas. Desaparece barra em fora. Parece que irá a pique mais adiante. Com certeza afundará sob as ondas do mar alto. Inesperadamente porém, com o tempo firme, veleja a nau para o Norte. Ninguém morre, o navio não sossobra. E termina por ancorar na Índias Castelhanas, numa povoação de ingleses e franceses.

Daí chegará a Portugal a notícia da invasão. O calhambeque inseguro levava mais de mês rolando sobre as águas.

E vai ter influência na expulsão dos holandeses.

## VII

No plano de distensão dos domínios flamengos no Norte do Brasil, a conquista de São Luís tinha o valor de uma primeira etapa. Do Maranhão, iriam os holandeses até Belém. E apoderar-se-iam da região amazônica.

Tal era, no seu objetivo capital, o caminho das tropas que velejavam nos navios de Lichthardt.

No entanto, apesar do triunfo, as forças flamengas não continuam seu programa de guerra. Nassau, que ordenara a invasão, não concorda no avanço de seus soldados. E eles estacionam na ilha do Maranhão. São Luís nada mais pode dar aos invasores flamengos. Tudo o que pertencia aos habitantes da cidade está agora em poder dos holandeses. E as tropas não podem permanecer, ali, paralisadas e inúteis. É preciso prosseguir.

À margem do Itapecuru cinco engenhos fabricam açúcar para os portugueses. Dominando as terras dos arredores, os verdes canaviais esguios, reunidos e cerrados, parecem um grande exército a debater-se no anel de um círculo e que, indomável, erguesse no ar, disposto à luta, a lâmina das baionetas de combate.

Êsses cinco engenhos são tomados, um dia, inopinadamente, pelos invasores holandeses.



Os senhores dos engenhos são transformados em feitores de seus escravos e passam a trabalhar sob as ordens do chefetes militares.

A opressão, dia a dia, se avoluma. E a rebelião tem que vir, como uma resposta fatal. As afrontas ao culto e à honra continuam. Os holandeses, prepotentes, impõem o jugo aos homens livres de Portugal. O tempo passa, aumentando os abusos. E vai crescendo o ódio sagrado que fará de cada oprimido um soldado intrépido na reação aos violadores do Maranhão.

É nesse instante que começa a despontar como herói a figura de Antônio Muniz Barreiros.

Será êle o homem das atitudes decisivas, o herói de mais destacado porte nos tropéis da peleja. Não é apenas um homem providencial pelo destemor com que levará de vencida a soldadesca flamenga. A história da luta ilumina-lhe a figura e resalta-lhe o perfil de homem de ação. Êle vai na frente, arrastando à batalha os seus comandados. Cada gesto o engrandece. Cada luta o torna maior.

Que se sabe de seu passado? Que se conhece de sua origem? Como entrou Muniz Barreiros na História do Maranhão?

Temos que recuar duas décadas antes da invasão flamenga, para surpreendê-lo no primeiro contato com a Capitania de Jerônimo de Albuquerque.

Antônio Barreiros, fidalgo morador de Pernambuco, havia recebido, no govêrno de Diogo de Mendonça Furtado, o título de Provedor Mor da Fazenda Real, com a condição de que, às suas expensas, levantasse no Maranhão dois engenhos de açúcar. Não querendo afastar-se de Pernambuco, Antônio Barreiros consegue que, em seu lugar, seja despachado para o cargo Antônio Muniz Barreiros, seu filho.

Ê assim que o futuro herói das pelejas flamengas faz a sua entrada no Maranhão.

Essa entrada, entretanto, apesar das influências do fidalgo de Pernambuco, não é feita sem dificuldades.

No caminho de Antônio Muniz Barreiros despontam os entraves, surgem os embaraços. E o principal obstáculo é a sua juventude.

Ao tempo, os cabelos brancos ou a barba comprida constituem documentos hábeis para o provimento dos cargos públicos. E os velhos não podem ver com bons olhos a chegada de um jovem para tomar posse de um cargo de muita importância como é o de Provedor-Mor da Fazenda de El-Rei.

O velho Barreiros, hàbilmente, vence a dificuldade. Argüe-se que seu filho, por ser moço, não tem experiência bastante para desobrigar-se devidamente dos embaraços da função. Mas, se faltava aos moços no Brasil colonial a experiência, havia, em compensação, aqui mesmo, muito clérigo com experiência de sobra. Um dêles é o padre Luís Fogueira, da Companhia de Jesus. Êsse sacerdote se prontifica a emprestar, com o prestígio de sua batina, a Antônio Muniz Barreiros, a experiência que o jovem ainda não tem. E é com a condição de aconselhar-se, nas matérias mais graves, com a sabedoria do jesuíta, que o moço pernambucano embarca para o Maranhão.

E' bom que se observe que a História não diz se alguma vez foi útil ao moço o conselho do padre. . .

## VIII

Quando Antônio Muniz Barreiros principia a lutar, tôda a sua pléiade de bravos não vai além de cinquenta homens.

A astúcia, que dera o triunfo aos flamengos, vai ser também o trampolim da vitória inaugural dos portugueses.

Os cinco engenhos, que os invasores haviam conquistado, são atacados de surpresa na noite de 30 de setembro de 1642. Ninguém desconfiara da revolta. De repente,



os cinqüenta bravos investem. E um por um vão caindo os engenhos.

Numa das investidas, os atacados homiziam-se na casa-grande e a transformam numa fortaleza. De cada janela espia, vigilante, o pescoço de uma arma. A morada tem cobertura de palha e paredes de taipa. O melhor recurso, aí, é atear o incêndio. Logo uma flama rebrilha, e as línguas de fogo dançam sôbre a casa na escuridão da noite cerrada.

Em outro engenho o canavial pega fogo. E as chamas se alastram pela casa, obrigando os flamengos a saltarem dos esconderijos. Nenhum dêles escapa ao castigo do ódio dos oprimidos. Pela madrugada, não há um único holandês vivo nos engenhos do Itapecuru.

À embocadura do rio, mais adiante, fica o forte do Calvário, com oitenta flamengos e sete peças de artilharia.

Antes do amanhecer, protegido ainda pela sombra da madrugada, Antônio Muniz Barreiros ataca a fortaleza.

Quando o sol aparece, já é constituída de portugueses a guarnição do forte.

O êxito da primeira noite de luta insufla um ardor maior no ânimo combativo de Muniz Barreiros. Com trinta soldados, passa êle a São Luís. Vai atacar de surpresa. Mas um negro, que lograra fugir a nado, leva aos holandeses a notícia da rebelião.

Quando os portugueses saltam na ilha, quarenta flamengos bem armados atiram-se contra êles. Mas são derrotados, em poucos momentos, pela coragem dos trinta portugueses.

O exército de Muniz Barreiros cresce com o êxito das primeiras refregas. Novos patriotas veem chegando e se incorporam ao pelotão dos audazes combatentes. Numa distância de três léguas da cidade levantam êles, na mata, um pequeno acampamento. São, agora, sessenta soldados e oitenta índios, que aguardam novas investidas dos holandeses.

Os dias passam, sem que se verifique qualquer combate.

Os flamengos, em vez de atacarem, refugiam-se no forte da cidade. Constroem baluartes defensivos. Distribuem as peças de artilharia em improvisados fortins nos altiplanos da cidade.

Muniz Barreiros, um dia, decididamente, resolve atacá-los no seu reduto. E faz avançar um destacamento até bem próximo da cidade.

Informados da divisão das fôrças portugüêsas, os flamengos deliberam tirar partido da situação. E marcham sôbre o acampamento de Muniz Barreiros.

Quando irrompem na mata, não encontram os portugüêses. Procuram-nos, surpresos. E súbito começa a chover, sôbre êles, por entre a folhagem que cobre o barranco, a fuzilaria das balas.

Escondidos pelas árvores, sôbre um cômodo, os portugüêses, de emboscada, destroçam inteiramente as fôrças inimigas. E dois dias depois, animados pelo triunfo constante, os guerrilheiros de Muniz Barreiros investem na direção da cidade.

Nessa marcha singularmente intrépida, quase não encontram resistência. Transpõem os arrabaldes, vencem a aba das ladeiras e param no Convento do Carmo.

Daí, com um tiro de mosquete, podem atingir as muralhas de São Luís. Lá adiante está o forte. E alí se acham, bem armados, mais de quatrocentos soldados.

Muniz Barreiros não se detém. O número de combatentes pesa no raciocínio da guerra, mas é o cálculo dos estrategistas que decide a batalha. Em comparação com os flamengos, é pequeno o número dos portugüêses. Mas Muniz Barreiros não estaciona. Vai avançando. Vai avançando. E fica a uma distância de cento e cinqüenta passos da fortaleza inimiga.

De vez em quando, numa discussão de fogo, troam de parte a parte as peças de artilharia.



Um dos canhões flamengos, o mais perigoso, está fazendo terríveis rombos no baluarte dos portugueses. É necessário destruir essa peça! Muniz Barreiros ordena, então, que o pêso de suas munições convirja sôbre a boca do canhão inimigo.

E estrondam os tiros.

Ao verem alvejada, assim, a melhor das suas armas, os holandeses encontram um meio de defendê-la da pontaria dos homens de Muniz Barreiros: amarram no alto da peça, em lugar bem visível, uma imagem de Santo Antônio.

Os portugueses não cometerão o sacrilégio de massacrar com um estilhaço de bala o santo de seu culto. Mas, em poucos instantes, outro tiro dispara. E vai cair em cheio sôbre o pescoço de bronze do canhão flamengo.

A peça está destroçada. Aqui e ali há pedaços de bronze destruído.

Que aconteceu a Santo Antônio? Não vos espanteis com o que ides escutar: no parapeito do forte, como se nada houvesse acontecido, lá está a imagem, íntegra, perfeita, com tôdas as côres da encarnação!

Falhará redondamente o golpe sacrílego dos holandeses. Como? Por que arte? Por que processo?

Santo Antônio, miraculosamente, salvara-se do tiro e ainda por cima ajudara a pontaria...

## IX

Muniz Barreiros é ferido num combate, mas não foge ao tropel da peleja. Há um entrave obstando-lhe uma nova arrancada: a munição principia a faltar. Os tiros não podem ser dados a esmo. As balas têm que ser poupadas. Mas a dois de janeiro muda-se a perspectiva do combate: do Pará vêm reforços, que chegam precisamente no momento de maior angústia dos combatentes portugueses.

Agora, sim, Antônio Muniz Barreiros poderá desalojar do forte os soldados de Holanda. Obrigá-los-á a fugir

nos mesmos navios que os haviam trazido. Anima-se. Entusiasma-se. Mas o ferimento recebido na luta força o herói a sair da batalha. Está combalido. Suas fôrças, dia a dia, vão fugindo. Seu espírito está firme, entusiasmado os companheiros. Mas seu corpo arde em febre, e êle se vê na contingência de passar o comando da luta a Antônio Teixeira de Melo.

Antes que os portugueses ataquem, sucede um contratempo que altera a atitude dos sitiantes. Os flamengos recebem por mar o refôrço de setecentos e setenta soldados, além de grande número de índios. E atacam, antes que os portugueses marchem contra o forte.

Sob o comando de Anderson, os holandeses levam de vencida, a pouco e pouco, as fôrças de Teixeira de Melo. Mas esbarram, diante do intransponível baluarte do Convento do Carmo.

Mais de duas horas dura a peleja.

Repentinamente os flamengos contramarcham, em retirada pânica. E estrugem as aclamações de entusiasmo dos portugueses vitoriosos. E é sob o rumor desses gritos de triunfo que a morte apaga a flama de vida, já quase extinta, que ardia no corpo de Antônio Muniz Barreiros.

Daí por diante, com alternativas de avanços e recuos, prossegue o combate. Os portugueses terminam por abandonar o Convento do Carmo. Vão recuando, recuando, saem da ilha, refugiam-se outra vez no continente. Depois voltam, tornam a vencer.

E assim passa-se um ano, sem que nenhum dos contendores conquiste a vitória definitiva.

Em 1644, depois de muitos reveses, tornam os portugueses à ofensiva. E súbitamente os holandeses se vêem desbaratados. É o desmoronamento da conquista flamenga. As armas lusitanas marcham em triunfo sôbre o forte abandonado. E a vinte e oito de fevereiro, em número de trezentos, os holandeses se fazem de vela ao mar, açodadamente abandonando a cidade.



Assim termina em Maranhão o domínio de Holanda. E outra vez, na fortaleza, tremúla, soberano e triunfante, o pavilhão de Portugal.

X

É essa, nas suas linhas essenciais, a história do episódio eloqüente da luta contra os holandeses no Maranhão. É uma velha página da crônica do Brasil colonial.

A esta altura, acode-nos uma pergunta. Que restará, em São Luís do Maranhão, dessa passagem dos holandeses? Que haverá, na terra e na alma dos homens, capaz de reviver, nos dias atuais, os dias distantes da batalha e da presença dos invasores flamengos?

Até bem pouco tempo, ainda existia em São Luís do Maranhão, no centro da cidade, entre veneráveis sobradões de dois andares com mirante no alto e frontaria de azulejo — uma velha casa de pedra, escura, sem rebôco, com uma escada lateral também de pedra roída pelo tempo. Na soleira de entrada, pendia, às vêzes, à noite a lanterna vermelha que anunciava a quitanda do peixe frito. Lá dentro, como num interior de senzala, negras de saia larga e cabeção de chita lembravam a promiscuidade do cortiço que Aluísio Azevedo fixou no Rio de Janeiro do último quartel do século passado.

Esse pardieiro feio, escuro, como um borrão negro na paisagem burguesa dos sobrados do tempo do império, era uma venerável sobrevivência da colônia, uma espécie de buriti perdido da página de Afonso Arinos.

Para os que passavam, aquela casa era um valhacouto de gente baixa, mansarda imunda que deveria ser deruída em proveito do bom nome do Maranhão. Mas nas livrarias de São Luís, numa coleção de cartões postais com vistas da cidade, lá estava o mesmo pardieiro sujo com esta legenda imprevista: — Palácio dos Holandeses.

Que significavam estas palavras surpreendentes? Alguma ironia dos brasileiros a flamengos? Não. A legenda

consustanciava a verdade manifestada por uma tradição presente na memória do povo.

As gerações maranhenses que passaram diante da mansarda de pedra receberam de seus maiores a convicção de que ali estavam, na realidade, as paredes históricas que, séculos atrás, haviam abrigado os chefes militares que Nassau mandara ao Maranhão.

Nunca se verificou a veracidade da convicção popular. Os historiadores de província não a retificaram. Os iconoclastas profissionais não lhe abalaram a fôrça da tradição. Um dia, sacrificada em nome da evolução, a casa de pedra ruiu sob a ponta de picaretas e o golpe dos martelos implacáveis. E desapareceu da paisagem de São Luís o Palácio dos Holandeses.

Oliveira Viana, em *Populações Meridionais do Brasil*, narra que, no Estado do Rio, numa aldeia do interior, “depois de uma violenta agitação popular, que se transformou em conflito sangrento entre duas facções locais, ouviu a alguns moradores que um dos grupos ia apelar para o governo da Baía”.

A idéia, pela sua extravagância, feriu de surpresa o sociólogo. Por que o governo da Baía? indagou Oliveira Viana a si mesmo. E lembrou-se, então, explicando o caso, que “há cêrca de século e meio o governo da Baía regia, como sede de governo geral, a capitania do Rio de Janeiro”.

O passado ressurgira, intrometendo-se anacrônicamente no presente, no disparate das palavras daquele apêlo. A memória da raça, sepultada no subconsciente dos indivíduos, viera à tona, na confusão ocasional de um conflito de aldeia. E Oliveira Viana deduziu daí, esboçando o pensamento nuclear de sua admirável obra de sociólogo, que “nós todos não somos senão uma coleção de almas que nos veio do infinito do tempo”.

Os historiadores de província não confirmaram ou negaram, com os argumentos de sabedoria incontestável, a tradição do Palácio dos Holandeses.



Que nos importa hoje essa retificação erudita, se agora sabemos que na palavra do povo se encerra a verdade que o tempo não apaga?

Se o Palácio dos Holandeses foi destruído, nem por isso deixareis de encontrar em São Luís do Maranhão um vestígio da passagem dos invasores flamengos.

No outro lado da cidade, a caminho do arrabalde do Anil, na encruzilhada que separa a estrada do bonde da estrada de automóveis, há uma pequena elevação de terreno encimada por uma cruz de pedra. É o Oiteiro da Cruz.

Num dos flancos, brilha uma placa. E lereis aí que nesse local os portugueses bateram valorosamente, sob o comando de Antônio Muniz Barreiros, as armas a serviço de Nassau.

Resta, dessa forma, na cidade, que o sr. Astolfo Serra há pouco descreveu em livro de ternura filial, um marco que assinala a passagem dos aventureiros de Holanda.

Se lerdes em João Lisboa a história do episódio que justifica o monumento, verificareis, com surpresa e malícia, que, a pesar da clara afirmativa da inscrição, não foi precisamente ali que as forças de Antônio Muniz Barreiros se cobriram de glórias, numa escaramuça memorável: foi mais adiante, um pouco distante daquele oiteiro onde se ergue, como símbolo de uma época em que a fé em Cristo se confundia com o amor à Pátria, a cruz de pedra que sucessivas gerações civicamente veneram.

Não importa o engano, se continua, através dos tempos, a reverência aos heróis.

Aquela cruz congrega a homenagem silenciosa que sai do coração dos homens e paira sobre a memória dos bravos que tomaram para que se prolongasse, indefinidamente no correr dos séculos, uma unidade territorial que seria a base física da unidade espiritual e política de nossa nacionalidade.